



O IMPACTO DA INSERÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS DENTRO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Isabel Cristina THEISS¹
Éverton Luís GAZOLA²

RESUMO: A inserção de pessoas com necessidades especiais em programas de educação especial dentro das universidades públicas pode ter impactos significativos tanto para eles quanto para a comunidade acadêmica. A inclusão proporciona acesso à educação superior, abrindo portas para oportunidades de emprego e desenvolvimento pessoal, promovendo a igualdade de oportunidades. Além disso, a participação em programas de educação especial fortalece o empoderamento e a autoestima, ajudando os indivíduos a desenvolverem confiança em suas habilidades e competências. Portanto, os programas atuam também promovendo a inclusão social e a diversidade nas universidades, desafiando estereótipos e preconceitos e aumentando a conscientização sobre a importância da inclusão. A comunidade acadêmica também se beneficia, pois, a presença desses estudantes sensibiliza a todos em relação às necessidades e desafios enfrentados por eles, levando a uma maior conscientização e ações voltadas para a promoção da inclusão em todos os aspectos da vida universitária. Diante disso, a participação de pessoas com necessidades especiais contribui para o avanço da pesquisa e inovação nessa área, enriquecendo os estudos e impulsionando a criação de soluções tecnológicas e pedagógicas. O objetivo deste trabalho, portanto, é mostrar que embora haja benefícios, também existem desafios a serem enfrentados, como fornecer apoio e recursos adequados, garantir a acessibilidade física e digital, combater atitudes discriminatórias e promover uma cultura inclusiva, e que somente com comprometimento e esforços contínuos, é possível superar esses desafios e criar ambientes universitários mais inclusivos e equitativos para todos.

PALAVRAS- CHAVE: Educação especial; Inclusão; Universidade pública.

INTRODUÇÃO

A Inclusão e a diversidade têm se tornado temas cada vez mais relevantes na educação, e a inserção de pessoas com necessidades especiais em programas de

¹ Especialista em Educação Especial. Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Docente de Atendimento Educacional Especializado da Unioeste, Campus de Toledo - Pr. isabel.theiss@unioeste.br

² Especialista em Educação Especial e Inclusiva. Graduado em Ciências Sociais – Licenciatura e Bacharel pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Docente de Atendimento Educacional Especializado da Unioeste, Campus de Toledo – PR.



educação especial dentro das universidades públicas é um ponto crucial nesse contexto. Essa iniciativa pode trazer influências tanto para os alunos com necessidades especiais quanto para a comunidade acadêmica em geral.

Através da inclusão, as portas da educação superior são abertas para esses indivíduos, proporcionando-lhes acesso a oportunidades de emprego e desenvolvimento pessoal, ao mesmo tempo em que promovem a igualdade de oportunidades. Além disso, a participação em programas de educação especial fortalece o empoderamento e a autoestima dos alunos, permitindo que eles desenvolvam confiança em suas habilidades e competências.

Dessa forma, os programas de educação especial também desempenham um papel importante na promoção da inclusão social e da diversidade nas universidades. Eles desafiam estereótipos e preconceitos, aumentando a conscientização sobre a importância de uma sociedade mais inclusiva. A presença de pessoas com necessidades especiais na comunidade acadêmica também sensibiliza todos os envolvidos em relação às suas necessidades e desafios específicos, levando a uma maior conscientização e ações voltadas para a promoção da inclusão em todas as esferas da vida universitária.

Além dos benefícios sociais, a participação de alunos com necessidades especiais também contribui para o avanço da pesquisa e inovação nessa área, enriquecendo os estudos e impulsionando a criação de soluções tecnológicas e pedagógicas mais acessíveis e inclusivas.

Contudo, o caminho da inclusão não é isento de desafios. É fundamental fornecer apoio e recursos adequados, garantir a acessibilidade física e digital das instalações universitárias e combater atitudes discriminatórias. A criação de uma cultura inclusiva requer comprometimento e esforço contínuo, mas é essencial para criar ambientes universitários mais equitativos para todos os estudantes.

Neste contexto, o presente trabalho abordará diversos conteúdos relacionados à inserção de pessoas com necessidades especiais na educação superior. Exploraremos alguns aspectos históricos e gerais sobre a pessoa com necessidades



especiais bem como uma crítica à educação especial e inclusiva na universidade, destacando a educação especial como uma prática de liberdade. Além disso, será analisado o impacto da representatividade desses indivíduos na universidade, evidenciando como a inclusão pode transformar positivamente a vida acadêmica e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao final deste trabalho, espera-se, não apenas compreender os desafios enfrentados pelas pessoas com necessidades especiais no âmbito universitário, mas também destacar a importância de se promover a inclusão e a diversidade, mostrando que somente com o compromisso de todos os envolvidos é possível construir um ambiente acadêmico inclusivo e acessível para todos.

ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Para compreender quem é o sujeito com necessidades especiais, é necessário analisar alguns aspectos de sua história e as distintas formas de tratamento para que possamos nos orientar no espaço e tempo, a fim de entender quem é o indivíduo deficiente em sociedade e a carga social que os define até hoje. Assim como entender o caráter da educação especial nesse processo de inclusão.

Nas primeiras sociedades registradas, a vida era marcada pela natureza e os recursos que eram ofertados por ela. Como estes recursos naturais eram escassos, as pessoas eram obrigadas a migrar para novas regiões, assim, se caracterizando como nômades. Devido a essa constante migração, as pessoas que não podiam contribuir por algum tipo de limitação, eram abandonadas, dentre elas, as pessoas com necessidades especiais (BIANCHETTI, FREIRE 1998).

Com o tempo, as civilizações passaram a criar normativas para organizar a vida em sociedade. O ser humano havia encontrado formas de aprimorar a natureza. Em algumas sociedades, o corpo passou a ser valorizado em prol da guerra, sendo assim, o corpo que não servia para este fim, tinha a morte como seu ato final. Justificando tal



ato no argumento de que o ser humano nascido fora do padrão não conseguiria suprir as demandas da sociedade, muito menos participar da guerra, e deveria morrer.

Em muitos lugares, o ser deficiente passou a ter uma conotação negativa atribuída aos seus corpos. Agregando a eles ódio, desprezo, nojo e era justamente nesses valores que argumentavam que a existência de uma pessoa deficiente em sociedade não traria benefício algum, pelo contrário, sujaria a imagem social. Era uma ideia de extermínio, o deficiente merecia a morte pelo próprio meio social com naturalidade. Lhes atribuíam a imagem de monstruosidade, logo, ele precisava ser eliminado e tal prática não era nem vista ou reconhecida como assassinato, mas sim como uma purificação da sociedade.

Com a Idade Média e a forte presença do cristianismo, fomos marcados pela presença da igreja no controle das sociedades. Todo ser humano possuía uma alma, segundo a igreja, uma vez entendido isso, a eliminação destas pessoas não era mais uma solução. Entretanto, entendia-se o deficiente como um “problema” social. Por mais que todos fossem filhos de Deus, não eram seres de direitos. Existia o senso comum de que estas pessoas deveriam ser “curadas” e reinstituídas na sociedade e para isso, necessitavam de intervenção, intervenção essa, que era de total responsabilidade da igreja. A deficiência era fruto do pecado.

Arrancados do meio social e alocados em instituições privadas, sem a intervenção do Estado e sem liberdade de escolha. O caráter dessas instituições era meramente segregativo, e com um ideário de homogeneidade, ou seja, “limpar” das ruas da sociedade. Essas instituições operavam livremente e sem impedimentos. Sem identidade, sem reconhecimento, “incapazes” aos olhos de Deus, pertencentes à igreja, eram usados em troca de investimentos para a religião por meio de dízimo através do olhar de caridade.

Em outras sociedades, aqueles que não eram “acolhidos” pela religião, a mendicância era a única maneira de sobreviver. Em algumas, a sociedade os via com olhos tão aberrativos, que o circo acabava se tornando a única opção. Nas sociedades escravistas o escravo não era reconhecido como ser humano, mas sim como um



instrumento de trabalho, logo, o escravo deficiente de nada agregava e era descartado como lixo. Os únicos deficientes que sobreviviam, pertenciam a classes superiores da sociedade, protegidos por famílias ricas.

Quando falamos do Brasil, precisamos ter a consciência de que somos frutos de um processo colonizador que apaga totalmente as verdadeiras origens do nosso país. Nossa história coloca o nativo indígena brasileiro em total apagamento histórico a favor do homem branco. Vivemos um processo civilizador que fez de tudo para “homogeneizar” nosso território exterminando as pessoas que não se enquadraram dentro dos padrões eurocêntricos, como por exemplo, as pessoas deficientes.

Com o fim do feudalismo marcando a Idade Moderna, as relações sociais e de trabalho se voltaram à acumulação e exploração de mão de obra barata para o acúmulo de riquezas. Marcando um processo de afastamento da igreja e do Estado uma vez que o modo de produção não condizia mais com as crenças da igreja (CARVALHO, ROCHA, SILVA, 2013).

Entretanto, as pessoas com necessidades especiais não ocupavam lugar de destaque na sociedade, eram desprezados, institucionalizados e segregados. O modo de produção capitalista explora a mão de obra barata ao máximo que podia, com a perspectiva de Estado Mínimo, não havia lugar nas fábricas ou em qualquer trabalho para pessoas com necessidades especiais. Eram considerados inválidos. Todavia, começam a surgir novas concepções biológicas sobre a compreensão destes corpos e assim, a perspectiva de “cura” sobre seus corpos foi atribuída. (BIANCHETTI; FREIRE, 1998) A deficiência é vista como uma desvantagem ao desenvolvimento da sociedade e a própria pessoa é culpabilizada pela sua existência como deficiente, pois não são capazes de suprir o sistema.

Começa-se então, as discussões sobre a educação da pessoa deficiente. Segundo Carvalho, Rocha e Silva (2013) no início do modo de produção capitalista, apenas a nobreza ou ramificações dela tinham direito aos estudos, os demais, vivam a esmo. Segregados em instituições como asilos, hospícios e hospitais de caráter



corretivo. Essa perspectiva de reabilitação sempre esteve atrelada a história dessa população, e no Brasil, não foi diferente.

Por consequência, compreendemos que a noção de deficiência é um resultado dessa estrutura, é uma expectativa social, “Ele é deficiente porque não atende a expectativas sociais” (TUNES, 2010. p.52). E como crítica a todo esse processo de exclusão, segregação e normatização da pessoa com deficiência, nasce a perspectiva da inclusão. Quebrando totalmente com as lógicas anteriores impostas, a partir deste momento, a sociedade que precisaria se adaptar a pessoa deficiente e não o contrário, os papéis se invertem (CARVALHO, ROCHA, SILVA, 2013).

Os próprios protagonistas desta história, passaram a se movimentar contra a segregação, e, assim, novas perspectivas foram constituídas. Movimentos surgiram contra a ordem burguesa da sociedade capitalista (FILHO; FERREIRA, 2013). A discussão sobre a inclusão dessas pessoas em todos os espaços em sociedade, principalmente na educação e quais serão as adaptações necessárias para que isso ocorra passam a serem discutidas. Agora é também de responsabilidade do Estado e das instituições serem atores dessa inclusão. O peso que a deficiência tinha até então sobre a pessoa, passa a não ser mais sua significância (VIGOTSKI, 2022).

Cabe à sociedade estabelecer os estímulos necessários para que este indivíduo tenha as mesmas condições de viver e aprender como qualquer outro. A inclusão nasce em uma perspectiva com princípios de igualdade e de equidade, evidenciando as diferenças, não para expô-las, mas sim, construir a partir delas, as adaptações e condições necessárias de aprendizagem e sociabilidade. Uma das principais abordagens atuais reside no sociopsicológico, que estabelece um sistema de compensação, o órgão defeituoso é compensado pelo aparato psíquico do ser (VIGOTSKI, 2022).

Uma vez que entendemos que o deficiente é um ser de capacidades e possibilidades, é essencial que ele não seja isolado. Como cidadão de direitos, ele precisa e deve viver plenamente em sociedade como é estabelecido em nossa constituição. Foi através de muitas lutas e movimentos da pessoa com necessidades



especiais que hoje podemos discutir sobre inclusão e sua efetividade, e como resultado dessas lutas, a educação especial se estabeleceu.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO PRÁTICA DE LIBERDADE

Em todos os campi da Unioeste, reside o Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE), que nasceu em 1997 no campus de Cascavel-PR com a iniciativa de contribuir com o processo de socialização e educação da pessoa com necessidades especiais dentro da universidade. Garantindo seu ingresso e permanência em suas respectivas graduações. Ao longo do tempo, todos os campi da Unioeste passaram a possuir o programa também.

O programa é composto por docentes de AEE (Atendimento Educacional Especializado), que são responsáveis por acompanhar e garantir a efetividade do processo inclusivo. São os mediadores da relação entre o professor da graduação e o aluno. Responsáveis pela realização de apoios pedagógicos extraclasse com os acadêmicos que possuem necessidades especiais de acordo com a adaptação necessária que apresentam em relação ao conteúdo.

Dito isso, o docente AEE trabalha sua didática visando sempre às adaptações necessárias para processo de ensino e aprendizagem do aluno com necessidades especiais. A educação especial se torna a maior responsável pelo processo de ensino aprendizagem e inclusão dos acadêmicos dentro da universidade. Cabe a ela garantir que o processo inclusivo seja satisfatório para estes alunos e que a graduação/universidade se torne um espaço de diversidade, de fortalecimento e de reconhecimento. Cabe ao docente AEE trabalhar em uma perspectiva mais libertadora possível.

É preciso compreender que quando falamos de deficiências, existe um leque gigantesco de diversidade de necessidades especiais, cada qual com suas especificidades e características, que precisam ser pensadas e levadas em consideração na inclusão: “[...] cada uma delas possui características e necessidades



próprias, que podem ser resultantes de defeito orgânico e/ou da trajetória social de cada indivíduo [...]”. (ROSSETTO, IACONO, ZANETTI, 2013. p. 59).

Para isso, antes de qualquer iniciativa pedagógica inclusiva, é preciso pensar na condição social que o ser deficiente possui em sociedade. É preciso romper com o senso comum acerca do deficiente, entender ele como sujeito da sua própria história, com dignidade, capacidade e principalmente, entendê-lo como uma pessoa com sentimentos, com dúvidas, com conhecimento e não o definir a sua necessidade especial (ROSSETTO, IACONO, ZANETTI, 2013).

Cada aluno reage de uma maneira dentro e fora do contexto estudantil. O professor estabelece uma relação específica entre ele e os alunos, que impõe respeito, relação da qual nos levam a refletir a respeito de uma série de valores que se estabelecem no meio escolar:

[...] Não se trata aqui apenas do conhecimento maior ou menor que se possa ter da organização formal do sistema escolar [...] mas sobretudo, da compreensão que se tenha das hierarquias mais ou menos sutis que distinguem as ramificações escolares do ponto de vista de sua qualidade acadêmica, prestígio social e retorno financeiro [...] (NOGUEIRA, 2009, p. 53).

O papel da educação precisa ir além, antes qualquer prestígio ou lucratividade, é preciso que a educação desenvolva o senso crítico, pois só a criticidade de conhecimento proporcionará o caminho de uma educação como prática da liberdade. O espaço que estas instituições assumem diante da educação e formação desses jovens demonstra as hierarquias impostas. Precisamos superar estas perspectivas. O aluno precisa ser visto e entendido como protagonista de seu aprendizado. Ainda vivemos uma estrutura de ensino que valoriza o aluno “normal”, em detrimento de qualquer aluno que foge ao de costume. É necessário compreender que as diferenças não são o mal da sociedade, mas sim, são elas que nos garantem diversidade e unicidade

A localização do mal indivíduo, como fenômeno de causas endógenas, não mobiliza os mecanismos socioculturais na identificação da diferença. Se mudássemos o eixo de visibilidade das condições que conferem a determinados comportamentos a significação de desvio, e reconhecer nos atos “doentes”, “marginais”, “desadaptados”, a marca sociocultural (BIANCHETTI; FREIRE, p. 115, 1998)



A educação especial não é a chave motriz para acabar com as desigualdades, muito menos para sanar todas as falhas do processo educativo da pessoa com necessidade especial, mas ela carrega a responsabilidade de suprir todas as expectativas do ensino e aprendizado desses estudantes. Ao mesmo tempo que persiste e luta para não manter as pessoas com necessidades especiais em espaços segregados, estereotipados e limitados seja pelas concepções conservadoras seja pela limitação institucional que se encontra.

Para Gramsci apud Paolo (2004) a instituição de ensino é um instrumento de transformação e superação do conhecimento. Ela deve funcionar como uma renovação entre as relações de trabalho, as relações entre a vida e a cultura. Uma vez entendido isso, entendemos o caráter de uma educação como prática da liberdade humana.

[...] objetivo último da escola unitária de Gramsci é justamente “transformar em liberdade o que hoje é necessidade”. Trata-se, portanto, de uma escola da liberdade, isto é, de uma escola onde se ensina ser livre. Essa liberdade, assim como a fantasia, não é abstração, mas é historicamente determinada. Por isso, deve ser ensinada. Não se trata da liberdade metafísica pela qual a alma se libera dos corpos; nem da liberdade do pecado na entrada para o céu; tampouco é a liberdade romântica do bom selvagem ou do índio imaginário; nem mesmo a liberdade forjada no e pelo trabalho moderno, administrado pelo próprio trabalhador o qual produz e define a política de produção e distribuição [...] (PAOLO, 2004, p. 180)

IMPACTO DA INSERÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA UNIVERSIDADE

Após denunciar o caráter inclusivo da educação especial dentro da universidade, cabe aqui, dialogar sobre seus principais atores. O PEE abarca diversas pessoas com múltiplas necessidades especiais em todas as áreas do conhecimento dentro de suas respectivas graduações. Sendo assim, é preciso compreender que cada necessidade especial precisa ser pensada dentro do processo de transmissão do conteúdo visando a forma de aprendizagem mais adequada. Através da



Anamnese³ podemos elencar a trajetória social-educacional do acadêmico até a universidade, para assim, apresentar a didática mais relevante no processo de ensino dele.

A partir disso, o acadêmico juntamente com o profissional AEE, realiza apoios pedagógicos extraclasse na organização de seus estudos, leituras e interpretação de texto, elaboração de trabalhos, provas e demais atividades de forma adaptada e sempre pensando em desenvolver a autonomia e independência do sujeito sobre seus estudos e vida acadêmica.

É preciso entender quem é este aluno e com que bagagem social ele chegou até a universidade. Bourdieu estudou os mecanismos educacionais utilizados para se estruturar e formar suas bases teóricas e práticas. Segundo Nogueira (2009), Bourdieu nega o caráter individualista. O ser deficiente é socialmente deficiente antes mesmo de nascer e isso, irá definir qual seu papel na sociedade. Para Bourdieu, existem três tipos de capitais que influenciam diretamente na vida das pessoas: o capital econômico, social e o cultural.

Que lugar economicamente falando, as pessoas com necessidade especial ocupam em sociedade? Uma vez que a lógica capitalista de acúmulo de riquezas não condiz com a realidade destas pessoas, logo, elas se localizam economicamente falando, em maioria, em espaços de periféricos, sem condições de viver plenamente neste modo de produção. Socialmente falando, rodeados por discursos de exclusão e segregação, o meio social não os considera pessoas humanamente verdadeiras, e culturalmente falando, corpos deficientes são desprezados em detrimento de uma cultura de corpos padrões, em detrimento de uma cultura que abomina o diferente, o

³ “É uma entrevista realizada com os pais ou responsáveis do entrevistado e tem como objetivo resgatar a história de vida do sujeito e colher dados importantes que possam esclarecer fatos observados durante o diagnóstico, bem como saber que oportunidades este sujeito vivenciou como estímulo a novas aprendizagens. A anamnese é uma das peças fundamentais deste quebra-cabeça que é o diagnóstico, pois, por meio dela, nos serão reveladas informações do passado e do presente do sujeito juntamente com as variáveis existentes em seu meio. Observamos a visão da família sobre a criança, as suas expectativas desde o nascimento, a afetividade que circula neste ambiente familiar, as críticas, os preconceitos e tudo aquilo que é depositado sobre o sujeito” (SAMPAIO, 2014, p. 143).



demoniza e entende essas pessoas como incapazes. É preciso superar esses três aspectos para que a inclusão seja realmente efetiva.

A única forma de constatar se, de fato, uma sociedade está se tornando mais inclusiva é procurar compreender se a riqueza socialmente produzida está sendo distribuída equitativamente entre todas as pessoas. Somente quando se utiliza esse critério, a tese da inclusão pode ser efetivamente questionada, e o seu caráter ideológico explicado (ROSA; WILHELM, 2014, p. 144).

Para além disso, é preciso entender que sociabilidade das pessoas com necessidade especial não pertence apenas à inclusão e que a segregação não é um caminho possível, é primordial entender que suas potencialidades e capacidades devem ser desenvolvidas em sociedade, como cidadãos de direitos, com plenitude.

Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática. (FREIRE, 1987, p. 29)

Para finalizar, entende-se aqui o impacto que essas pessoas causam dentro do ensino público. Sua presença na universidade mostra a relevância de se ocupar estes espaços como prática de liberdade e desenvolvimento da autonomia destes sujeitos. Geralmente, a universidade é a passagem da vida adolescente para a adulta e é nesse caminho, que nós construímos, que encontramos nossas identidades, logo, a pessoa com necessidades especiais nestes espaços dão razão a proposta de uma educação pública, de qualidade e para todos.

Estes protagonistas levam a educação especial e as discussões de acessibilidade a ficarem em evidência em espaços que, por muito tempo, lhe foram negados. Além da enorme contribuição na reflexão e reconstrução de didáticas ultrapassadas para promoção de uma educação que realmente os considere no processo educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos presumir que a proposta da educação inclusiva é sem dúvidas garantir a liberdade sócio-educacional da pessoa com necessidades especiais. É



Congresso Internacional de Educação

Formação de professores e professoras para a educação
básica, diversidade, tecnologias e pesquisa científica

1º Congresso Internacional de Educação



01 a 06 de Junho de 2023



FACULDADE
ASSIS GURGACZ
TOLEDO



PPG FPG
PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO



preciso garantir essa “quebra” com os paradigmas dominantes. Trabalhar para garantir que as adaptações sejam realizadas de forma satisfatória no processo do conhecimento, proporcionando reflexões, questionamentos sobre quem são estes sujeitos e que lugar elas ocupam em nossa sociedade. Nossos esforços precisam ser voltados à criação e adaptação dos meios sociais, técnicos, culturais e educacionais necessários para que estas pessoas tenham a condição plena de desenvolver autonomia, não inviabilizando sua necessidade especial, mas, considerando-a no processo de adaptação. Essa é a chave do processo inclusivo.

Se para Gramsci apud Paolo (2004) o ensino se transforma e deve ser libertador, é preciso entender, nesse contexto, a universidade, como ferramenta essencial para a liberdade humana. Cabe ao conhecimento transformar o indivíduo, que muitas das vezes, chega a universidade sendo segregado no ensino regular. Trabalhando primordialmente na prática de sua liberdade econômica, cultural e social.

A verdade é que a inclusão é cara, gera mudanças, de hábitos, de ambientes, de relações, e são poucos os espaços comprometidos em fazer esta mudança. É preciso compromisso com a realidade inclusiva. A educação especial pode não proporcionar uma vida plena de inclusão, afinal de contas, ela faz parte apenas de um momento específico de suas vidas, mas seu papel é superimportante para o resto da sua caminhada, ao menos, esse contato com a educação especial, colocará em xeque diversas situações capacitistas que irão permear sua vida e irá proporcionar sua independência. É preciso criar uma dimensão coletiva de pensamento, de cultura, de ações, significativas e verdadeiras que não configurem uma acessibilidade velada, e principalmente, cobrar do Estado maior efetividade com as propostas inclusivas. É o meio social que torna a pessoa deficiente, logo, é responsabilidade de todos garantir acessibilidade e inclusão.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara. **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. Editora Papirus. 11. ed. São Paulo, 1998.

ISSN 2318-759X



CARVALHO, Alfredo Roberto de; ROCHA, Jmar vieira da; SILVA, Vera Lúcia Ruiz Rodrigues da. **Pessoa com deficiência na história: modelos de tratamento e compreensão.** In: A Pessoa com Deficiência: aspectos teóricos e práticos. Org. Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais. Cascavel: Edunioeste, 2013. p. 17-36.

FILHO, Adilson Vaz Cabral; FERREIRA, Gildete. **Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência.** SER Social, Brasília, v. 15, n. 32, p. 93-116, jan./jun. 2013.

FREYRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 11. ed. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1987.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Bourdieu e a Educação.** 3. ed. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2009.

PAOLO, Nosella. **A escola de Gramsci.** 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2004.

ROSA, Enio Rodrigues da; WILHELM, Vandiana Borba. **A Contribuição do Movimento das Pessoas com Deficiência na Transformação da Sociedade Capitalista.** In: A Pessoa com Deficiência na Sociedade Contemporânea: problematizando o debate. Org. Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais. Cascavel: Edunioeste, 2014, p. 127-154.

ROSSETTO, Elizabeth; IACONO, Jane Peruzzo; ZANETTI, Patrícia da Silva. **A pessoa com deficiência: caracterização e formas de relacionamento.** In: A Pessoa com Deficiência: aspectos teóricos e práticos. Org. Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais. Cascavel: Edunioeste, 2013, p. 59-84.

SAMPAIO, S. **Manual Prático do Diagnóstico Psicopedagógico Clínico- 5ª** Edição, Rio de Janeiro, RJ: Wak, 2014.

TUNES, Elizabeth. **Preconceito, inclusão e deficiência:** O preconceito no limiar da deficiência. In: Nos limites da ação: Preconceito, inclusão e deficiência. Org. TUNES, Elizabeth. Bartholo, Roberto. Editora Edufscar, São Carlos, 2010, p. 51-56.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. Obras Completas - Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia. Tradução do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE); **Revisão da tradução: Guillermo Arias Beatón.** 2. ed. Cascavel-PR: EDUNIOESTE, 2022.